

# DAS POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS NO BRASIL À CRIAÇÃO DO PROGRAMA APRENDIZAGEM NA IDADE CERTA: UM BREVE CONTEXTO HISTÓRICO

Lara Paulino Cazé<sup>1</sup>  
Maria Rerbelânia de Souza Pereira<sup>2</sup>  
Veronica Nogueira do Nascimento<sup>3</sup>

## RESUMO

Esse estudo busca conhecer as políticas públicas educacionais no contexto atual do Brasil, para isso, realizou-se uma investigação para traçar a trajetória das políticas educacionais até a atuação de uma política voltada ao combate do analfabetismo escolar e à recomposição da aprendizagem, o Programa de Aprendizagem na Idade Certa (PAIC Integral). A política em destaque deve-se ao importante papel que ela tem para a educação no Estado do Ceará, além disso é de suma importância entendermos o processo de construção das políticas educacionais e como elas impactam a vida da sociedade, tendo como princípio teórico a educação libertadora descrita por Paulo Freire. De início, o trabalho mostra um breve contexto histórico, no qual se construiu as políticas públicas educacionais no Brasil, estabelecendo uma conexão entre essas políticas e as ideias pedagógicas desenvolvidas em torno de cada uma delas, tomando como referência as ideias descritas por Dermeval Saviani e, por fim, como foi a constituição do Programa de Aprendizagem na Idade Certa, que traz na sua gênese o princípio de alfabetização e letramento. O estudo a seguir trata-se de uma revisão bibliográfica que toma por base a história da educação descrita por Saviani, Brandão e Freire fazendo uma relação entre esses e as políticas educacionais desenvolvidas no Brasil e no estado do Ceará. Tal pesquisa foi realizada com a finalidade de ampliar o arcabouço teórico sobre essa temática, além de buscar entender historicamente, como se constroem os modelos de educação e as ações voltadas para o sistema de ensino brasileiro. A metodologia da pesquisa foi realizada através de uma abordagem teórica, denominada estado da arte, baseada em obras e estudos publicados, além disso está pautada em estudos científicos já realizados.

**Palavras-chave:** políticas educacionais, história da educação, PAIC.

## INTRODUÇÃO

---

<sup>1</sup> Graduada em Pedagogia pela Universidade Estadual do Ceará – UECE, Mestranda em Educação pela Universidade Regional do Cariri – URCA, [larapaulinocaze@gmail.com](mailto:larapaulinocaze@gmail.com);

<sup>2</sup> Graduada em Letras Libras pela Universidade Federal da Paraíba – UFPB; Graduada em Letras Português pela Universidade Regional do Cariri – URCA; Mestranda em Educação pela Universidade Regional do Cariri – URCA, [maria.pereira@urca.br](mailto:maria.pereira@urca.br);

<sup>3</sup> Graduada em Pedagogia pela Universidade Estadual do Ceará – UECE; Mestra em Desenvolvimento Regional Sustentável pela Universidade Federal do Cariri – UFCA; Mestranda em Educação pela Universidade Regional do Cariri – URCA, [veronycanogueira@gmail.com](mailto:veronycanogueira@gmail.com);

As políticas públicas educacionais desempenham um papel crucial no desenvolvimento social e econômico de uma nação, influenciando diretamente a formação de cidadãos e a qualidade da educação ofertada. No Brasil, a trajetória dessas políticas é marcada por uma série de transformações históricas, com a constante busca por estratégias que possam combater o analfabetismo e melhorar os índices de aprendizagem. Nesse contexto, o Programa de Aprendizagem na Idade Certa (PAIC Integral), implementado no estado do Ceará, destaca-se como uma política de relevância fundamental para a educação básica, focada na alfabetização e recomposição da aprendizagem em seus estágios iniciais. Este estudo tem como objetivo traçar a evolução das políticas educacionais brasileiras, com ênfase nas iniciativas voltadas para o combate ao analfabetismo e na consolidação de políticas como o PAIC Integral.

Com base nos princípios da educação libertadora de Paulo Freire, este trabalho propõe uma reflexão sobre o impacto das políticas públicas educacionais na sociedade, especialmente no contexto cearense, onde o PAIC Integral tem obtido resultados expressivos. A educação libertadora, conforme descrita por Freire (1970), busca não apenas transmitir conhecimento, mas promover a emancipação dos indivíduos, capacitando-os a questionar e transformar a realidade em que estão inseridos. Assim, ao analisarmos políticas como o PAIC Integral, é fundamental entender como essas medidas se alinham ou contrastam com os princípios freireanos de educação como prática de liberdade.

O artigo também faz uma análise histórica das políticas educacionais no Brasil, com ênfase nas ideias pedagógicas que nortearam sua construção ao longo do tempo. As reflexões de Dermeval Saviani sobre a educação escolar e suas funções sociais servem como um dos principais referenciais teóricos para compreender o desenvolvimento dessas políticas. Saviani (2008) aponta que a educação, ao longo da história brasileira, esteve frequentemente orientada por interesses excludentes, mas, nos últimos anos, surgem iniciativas que buscam democratizar o acesso e a qualidade da educação, como é o caso do PAIC Integral.

A pesquisa aqui apresentada é de natureza bibliográfica, utilizando o estado da arte como metodologia para investigar os estudos existentes sobre o tema, com base nas contribuições teóricas de autores como Saviani, Freire e Brandão. Além disso, a investigação aborda as políticas educacionais desenvolvidas no Brasil, com um enfoque particular no estado do Ceará, ampliando a compreensão de como os modelos educacionais são construídos e implementados no sistema de ensino brasileiro.

Dessa forma, o estudo visa não apenas aprofundar o arcabouço teórico sobre políticas públicas educacionais, mas também compreender historicamente os modelos de educação que vêm sendo construídos ao longo dos anos e suas implicações para a sociedade.

## **METODOLOGIA**

Este estudo adotou uma abordagem de natureza bibliográfica, tendo como objetivo investigar as políticas públicas educacionais no Brasil e sua evolução, com foco no Programa de Aprendizagem na Idade Certa (PAIC Integral). As fontes de pesquisa foram encontradas em plataformas acadêmicas amplamente reconhecidas, como Scielo, Google Acadêmico e o Portal Capes, que oferecem uma vasta gama de publicações científicas, incluindo livros, artigos e dissertações. Essa estratégia permitiu acessar um acervo consolidado de materiais já elaborados sobre o tema, que, como destaca Gil (2002), é essencial para a realização de uma pesquisa bibliográfica, visto que essa modalidade de pesquisa se baseia em estudos previamente desenvolvidos, oferecendo uma melhor compreensão sobre a temática e contribuindo para o avanço do conhecimento científico.

A análise dos dados foi orientada pela técnica de Análise de Conteúdo, conforme descrita por Bardin (2011), que consiste em um conjunto de procedimentos sistemáticos que visa a descrição objetiva e quantitativa do conteúdo de mensagens, sejam elas textuais ou orais. A Análise de Conteúdo permite a identificação de indicadores, categorias e padrões relevantes que possam subsidiar interpretações mais profundas sobre o fenômeno estudado. Essa técnica é particularmente útil quando o objetivo é organizar e interpretar dados qualitativos de forma rigorosa, possibilitando o levantamento de conclusões embasadas na sistematização do conteúdo analisado.

Dessa forma, a pesquisa buscou estabelecer uma conexão entre as políticas educacionais desenvolvidas no Brasil e no estado do Ceará e os princípios teóricos de autores como Saviani, Freire e Brandão, oferecendo um panorama crítico sobre o papel das políticas públicas na promoção da inclusão e no combate ao analfabetismo escolar.

## **REFERENCIAL TEÓRICO**

Dentro desse contexto de Políticas Públicas, podemos destacar as Políticas Públicas Educacionais, que no Brasil é um conjunto de ações voltadas para a melhoria da educação, que se encontram incluídas no plano de ações das Políticas Públicas Sociais.

Nesse aspecto, é possível considerar como política pública as leis, financiamento, planejamento e programas voltados para o meio educacional. É importante destacar que a educação vem mudando ao longo do tempo e que esta se encontra em diferentes contextos, adaptando-se e redefinindo-se de acordo com os modos de formação, produção ou reprodução de trabalho, vida e sociedade. Portanto, políticas públicas educacionais está diretamente relacionada ao projeto de sociedade que se pretende estabelecer ou ao que está em curso de acordo com cada momento histórico (AZEVEDO, 2001).

Quanto as Políticas Educacionais temos como principal a LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação), que é a lei orgânica e geral da educação brasileira que, como o próprio nome já diz, dita as diretrizes do sistema educacional é, portanto, a mais importante lei brasileira no que se refere à educação (FERREIRA & SANTOS, 2014).

No decorrer dos anos, no Brasil, a Política Educacional foi definida de diversas formas isso porque é um elemento que envolve interesses políticos diversos e deve sempre respeitar o direito de cada indivíduo, assegurando o bem comum. Isso nos faz compreender que de fato o exercício de construir uma Política, não se trata de um trabalho fácil de ser realizado, pois engloba fatores como: uma nação, seus anseios, objetivos e valores e estes não podem ser esquecidos por quem faz o molde de educação de um povo (MARINHO, 2017).

Podemos afirmar que a década de 1930, representa um grande marco no que se diz respeito às políticas educacionais, pois foi nesse período em que começaram a surgir as primeiras reivindicações e instituições organizadas com a finalidade de regulamentar essas políticas no país, impulsionada pela Reforma Francisco Campos, a qual instituiu o Ministério dos Negócios da Educação e Saúde Pública (SHIROMA, MORAES, EVAGELISTA, 2007). Aqui, podemos destacar uma série de ações e decretos estabelecidos por essa Reforma, como, a criação do Conselho Nacional de Educação, a organização do ensino superior no Brasil, a organização do ensino secundário etc.

É importante enfatizar que o período entre 1930 e 1937 é marcado pela consolidação do capitalismo industrial. Nesse aspecto, a educação passou a ter papel de destaque, no sentido de que serviria como uma ferramenta para alimentar ainda mais esse crescimento da indústria, já que para isso seria necessário conhecimento, instrução e habilidades mínimas para a competição imposta pelo mercado de trabalho e pela visão capitalista. Nesse contexto, em 1937, com o Estado Novo, imposto pelo então presidente Getúlio Vargas e com a revogação da constituição de 1934, que contemplava em seu texto grande parte das propostas do Manifesto dos Pioneiros, criaram-se as Leis Orgânicas do

Ensino, voltadas especificamente para a produção do capital e crescimento econômico do país. Dentre essas leis podemos destacar: 1- Decreto-lei 4.048, de 22 de janeiro de 1942, Lei Orgânica do Ensino Industrial; 2- Decreto-lei 4.073, de 30 de janeiro de 1942, que cria o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI); 3- Decreto-lei 6.141, de 28 de dezembro de 1942, Lei Orgânica do Ensino Comercial. 4- Decreto-lei 9.613, de 20 de agosto de 1946, Lei Orgânica do Ensino Agrícola.

Posteriormente, no final da década de 1940, iniciou-se um importante debate em torno da Lei de Diretrizes e Bases da Educação. A princípio, naquele momento, é importante destacar que a educação começou a ser vista pela sociedade como instrumento capaz de salvar ou de pelo menos amenizar todos os seus males. Dessa maneira, surgiu em torno dessa nova Lei, uma série de expectativas positivas e sinais de que esta traria profundas mudanças na estrutura da educação brasileira. Nesse momento, o que se esperava era que a lei promovesse uma descentralização administrativa da educação e se tornasse um mecanismo de estímulo e criatividade, ao invés de, promover uma atuação restrita e rígida, que até então, dificultava o desenvolvimento e a expansão das iniciativas e experiências novas. (TEIXEIRA, 1976)

Baseado na Lei 4.024/61 das Diretrizes e Bases da Educação foi elaborado o primeiro Plano Nacional de Educação (PNE). Elaborado pelo Conselho Nacional de Educação, no ano de 1962, o plano estabelecia uma série de objetivos e metas voltados para educação e que deveriam ser concretizados no período de oito anos. Esse plano passou por duas modificações, a primeira em 1965 que estimulava a criação dos planos estaduais e a segunda em 1965, que se chamou Plano Complementar de Educação e introduziu importantes alterações na distribuição dos recursos vindos do governo federal.

De 1964 a 1985, temos o período da Ditadura Militar, que assim como em outros setores, causou grandes impactos no que se diz respeito as políticas públicas educacionais no Brasil. Neste momento, o país passou por uma grande expansão capitalista, o que não significa, que apesar desse desenvolvimento, as desigualdades sociais tenham diminuído, pelo contrário, a diferença entre ricos e pobres se tornou cada vez mais evidente. Com relação à educação, esse setor era regido por documentos vinculados a acordos feitos entre o Ministério da Educação (MEC) e a Agência de Desenvolvimento Internacional (AID). Tais documentos estabelecia uma política educacional de cunho desenvolvimentista, que defendia uma educação voltada para o capital humano, impondo um vínculo entre a educação e o mercado de trabalho e integrando a política educacional aos planos gerais de segurança nacional e organização do Estado.

No final da década de 70 e início dos anos 80, começou um processo de enfraquecimento da ditadura militar. Paralelamente a isso, tomava início um processo de retomada da democracia e uma reconquista dos espaços políticos que a sociedade brasileira havia perdido até então. Nesse momento, as questões sociais começaram a ser tratadas como questões políticas, fazendo com que ocorresse uma reorganização da educação e fortalecimento da sociedade civil. De acordo com Saviani: “Uma particularidade da década de 1980 foi precisamente a busca de teorias que não apenas se constituíssem como alternativas à pedagogia oficial, mas que a ela se contrapusessem.” (SAVIANI, 2013, p. 402). Nesse momento surgia a necessidade de se criar políticas educacionais voltadas para a integração social no lugar do discurso segurança desenvolvimento, ou seja, uma pedagogia que estivesse articulada com os interesses dos dominados, em lugar de, servir aos dominantes. (SAVIANI, 2013)

O ano de 1985 é destacado pela queda da ditadura militar e um importante momento para as políticas educacionais, pois aqui começaram a surgir as primeiras associações de professores dos diferentes seguimentos, que depois foram transformados em sindicatos. Todavia, esse momento de organização dos profissionais da educação foi marcado por uma série de contradições, como destaca Saviani:

“A organização dos educadores na referida década pode, então, ser caracterizada por meio de dois vetores distintos: aquele caracterizado pela preocupação com o significado social e político da educação, do qual decorre a busca de uma escola pública de qualidade, aberta a toda população e voltada precipuamente para as necessidade da maioria, isto é, a classe trabalhadora; e outro marcado pela preocupação com o aspecto econômico-corporativo, portanto, de caráter reivindicativo, cuja expressão mais saliente é dada pelo fenômeno das greves” (Saviani, 2013, p.404)

O governo Lula se destacou pela ampliação do acesso a escola por parte dos mais pobres e excluídos e por uma política educacional igualitária. Podemos destacar algumas medidas implantadas: o Programa Universidade para Todos (PROUNI), o Programa de Apoio a Planos de Reconstrução e Expansão das Universidades Federais (REUNI), o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização do Magistério (FUNDEB), o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), a criação do Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (PARFOR) e do Profucionário são políticas desenvolvidas durante o governo Lula e que se destacam pela valorização dos profissionais da educação.

### **O Programa Aprendizagem da Idade Certa (PAIC)**

As políticas educacionais giram em torno de atingir determinadas finalidades de acordo com as necessidades da sociedade. Pensando nisso, podemos destacar uma

importante Política Pública Educacional adotada no estado do Ceará, o PAIC, que tem como meta alfabetizar todas as crianças até no máximo oito anos de idade ou até o terceiro ano do Ensino Fundamental.

Para a melhor compreensão de como se deu a estruturação desse pacto é importante ressaltar como aconteceu esse processo e os motivos pelo quais se fez necessário uma Política Pública Educacional voltada especificamente para alfabetizar (FERREIRA & SANTOS, 2014).

“Entende-se que a alfabetização, especialmente a que acontece no espaço escolar, é um processo de ensino e aprendizagem da leitura e escrita em língua materna, na fase inicial de escolarização de crianças e que se constitui em um processo complexo que envolve ações especificamente humanas e, portanto, políticas, caracterizando-se como dever do Estado e direito constitucional do cidadão.” (MORTATTI, 2010).

Tendo em vista os números alarmantes de analfabetismo da região Nordeste e especificamente observando essa problemática no estado do Ceará, foi criado no ano de 2004, o Comitê Cearense para a Eliminação do Analfabetismo Escolar, uma iniciativa do deputado Ivo Gomes em conjunto com a Assembleia Legislativa do Estado do Ceará. Este Comitê era constituído por representantes da Assembleia Legislativa, por membros de instituições ligadas à educação e de universidades estaduais (GOMES, 2013).

Com o objetivo de explicar a problemática do analfabetismo escolar, o Comitê desenvolveu pesquisas, realizou audiências públicas e seminários e divulgou relatórios com as seguintes conclusões:

“Somente 15% de uma amostra de cerca de 8.000 alunos leram e compreenderam um pequeno texto de maneira adequada; 42% das crianças produziram um pequeno texto que, em muitos casos, eram compostos por apenas duas linhas. Nenhum texto foi considerado ortográfico pelos avaliadores; A maioria das universidades não possuía estrutura curricular adequada para formar o professor alfabetizador; grande parte dos professores não possuía metodologia para alfabetizar, abusava de cópias na lousa e usava muito mal o tempo de aula que era bastante reduzido: aulas começavam tarde, terminavam cedo e tinham intervalos longos.” (SEDUC, 2004)

Após a conclusão do trabalho do Comitê e aproveitando a mobilização social em torno do combate ao analfabetismo, foi criado o Programa de Alfabetização na Idade Certa - PAIC, com o objetivo de apoiar os municípios cearenses na melhoria da qualidade do ensino, da leitura e da escrita nas séries iniciais do Ensino Fundamental, além de priorizar a alfabetização, estimular o compromisso dos professores através da valorização profissional (GOMES, 2013).

O programa passou por algumas modificações dentro do próprio estado. No ano de 2007, o pacto passou a ser um programa prioritário na agenda estratégica do Governo

do Estado do Ceará. Em 2011 o Governo do Estado lançou o PAIC MAIS, visando ampliar as ações que eram destinadas as turmas de Educação Infantil, 1º e 2º ano do Ensino Fundamental até o 5º ano, propondo mais ações para melhorar os resultados de aprendizagem dos alunos. Atualmente o programa é intitulado MAIS PAIC e abrange todo o Ensino Fundamental. Em 2015 recebeu o nome de Programa de Aprendizagem da Idade Certa.

A iniciativa tem como finalidade que os alunos tenham uma aprendizagem de sucesso e que consigam ingressar no ensino médio com um nível satisfatório. Com grandes resultados, o PAIC se tornou um modelo para a criação do Pacto Nacional de Alfabetização na Idade Certa (PNAIC).

A alfabetização dá-se da seguinte maneira: aos oito anos de idade a criança precisa ter a compreensão da escrita e da leitura, bem como a relação entre elas e o domínio de compreensão e de produção de texto escrito. Para tanto é importante observar que o desenvolvimento das capacidades de leitura e produção de textos ocorre durante todo o período de escolarização, mas é de extrema importância que seja iniciado o quanto antes na Educação Básica, para poder garantir que nas séries avançadas as crianças sejam capazes de ouvir, falar, ler e escrever sobre temas diversos, além de agir na sociedade.

Diante do exposto, é relevante mencionar que a alfabetização é sem dúvida, uma das prioridades nacionais no contexto atual, pois o professor tem a função de alfabetizar e de auxiliar na formação para o bom exercício da cidadania. Segundo Paulo Freire, a alfabetização é a principal porta de acesso à educação formal e um elemento imprescindível para a qualidade de vida e exercício de direitos.

O fator analfabetismo ainda é um problema no Brasil, apesar de ter diminuído ao longo do tempo, os números ainda são alarmantes. Isso é uma realidade causada pelos modelos de educação arcaicos, sem inovação que acabam gerando insegurança e insatisfação. Dessa maneira, se faz importante uma política educacional voltada para essa problemática.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

A trajetória das políticas públicas educacionais no Brasil está profundamente conectada às transformações sociais e econômicas do país. Desde o período colonial, quando a educação visava principalmente a catequização e a submissão cultural dos povos



indígenas e negros, até os avanços recentes em inclusão e acesso, a educação sempre refletiu os interesses dominantes.

Para Dermeval Saviani, a educação brasileira historicamente serviu como instrumento de manutenção das desigualdades sociais, vinculada ao projeto econômico vigente. Ele destaca que, durante a colonização, a educação promovia aculturação, impondo valores externos em detrimento das tradições locais. Na Primeira República e durante o Estado Novo, a educação passou a ser vista como ferramenta para o desenvolvimento econômico, mas sem se preocupar com a formação crítica dos cidadãos. Saviani critica essa subordinação da educação às demandas econômicas e defende uma educação voltada para a emancipação social, o que também ecoa no Manifesto dos Pioneiros da Educação de 1932.

Paulo Freire, por sua vez, enfatiza que a educação deve ser libertadora e dialógica. Para ele, o sistema educacional, ao longo da história brasileira, muitas vezes reforçou a opressão ao invés de promover a conscientização e a transformação social. Freire critica uma educação bancária, onde o conhecimento é imposto, e defende uma pedagogia participativa que respeite a vivência dos alunos e promova a autonomia.

Carlos Rodrigues Brandão complementa essas críticas ao afirmar que a educação brasileira muitas vezes serviu para reproduzir as desigualdades, mas vê no processo de educação popular um caminho para a transformação. Ele defende que a educação deve ser um meio de fortalecer a identidade cultural e política dos indivíduos, especialmente dos mais oprimidos.

Em resumo, a evolução das políticas públicas educacionais no Brasil reflete a tensão entre os interesses econômicos e as demandas por uma educação inclusiva e transformadora, como apontado por Saviani, Freire e Brandão.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

No decorrer desta pesquisa, o objetivo foi tentar mostrar, através de um resgate histórico, como as políticas públicas educacionais no Brasil foram sendo construídas ao longo do tempo, de acordo com as necessidades de cada época e principalmente de maneira condizente ao que era de interesse dos governos nos quais essas políticas foram sendo elaboradas e postas em prática. Nesse aspecto é possível destacar o período desde os anos 1960 até início de 2000 (da ditadura militar até Fernando Henrique Cardoso) os governos mantiveram uma política educacional conservadora, subfinanciada e distante

das aspirações de estudantes, professores e organizações da classe trabalhadora. Entretanto, durante os governos Lula e Dilma, é notável o grande crescimento no que se diz respeito às políticas públicas, mesmo que contraditórias e focalizadas, assim como os avanços dos movimentos sociais que historicamente têm lutado pela conquista de direitos.

Dentre as políticas públicas educacionais no Brasil, destaca-se o Programa de Alfabetização na Idade Certa (PAIC), uma política desenvolvida no estado do Ceará, que auxilia os municípios no combate ao analfabetismo, tendo como foco a alfabetização até o terceiro ano do ensino fundamental. Mais um fator relevante da pesquisa foi pensar na garantia de direitos.

As políticas públicas devem ser elaboradas de maneira a garantir os direitos dos cidadãos, suprindo as suas necessidades e atendendo a todos sem distinção. Para tanto, é necessário que sua prática seja efetivada e eficiente do início ao fim, sem diminuição ou falta de investimento e restrição de público, além de um efetivo controle social e participação dos interessados na avaliação de uma política educacional voltada para desenvolver o nível de aprendizado e combater o analfabetismo escolar, é importante mostrar o significado desse aprendizado, para que o aluno não seja apenas um instrumento de reprodução, mas sim de problematização.

A educação deve ser qualitativa e dessa maneira a alfabetização deve servir como meio de desenvolvimento de uma consciência que interpreta e critica, tornando seres capazes de transformar a sociedade em que estão inseridos.

É preciso pensar em uma política alfabetizadora que não só ensine a ler, escrever e absorver conteúdos transmitidos por parte do professor ao aluno, pois “desta maneira, a educação se torna um ato de depositar, em que os educandos são os depositários e o educador o depositante” (FREIRE, 2005).

## **REFERÊNCIAS**

AZEVEDO, Janete M. Lins de. **A educação como política pública**. Campinas, SP: Autores Associados, 2001. V. 56. (Coleção Polêmicas do Nosso Tempo).

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

**Brandão, Carlos Rodrigues**. *O que é educação*. 21. ed. São Paulo: Brasiliense, 1992.

FERREIRA, Cleia Simone; SANTOS, Everton Neves dos. Políticas Públicas Educacionais: apontamentos sobre o direito social da qualidade na educação. Revista LABOR, n. 11, v.1, 2014.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005

FREIRE, Paulo. **Política e educação**. FREIRE, A. M. A. (org.) 1.ed. São Paulo: Paz e Terra, 2014.144p

FRIGOTTO, Gaudêncio. **A educação e formação técnico-profissional frente à globalização excludente e o desemprego estrutural**. In: SILVA, Luiz Heron (org.). A escola cidadã no contexto da globalização. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998

FRIGOTTO, Gaudêncio; FAVERO, Osmar; HORTA, José Silvério Baia. **Políticas educacionais no Brasil: desafios e propostas**. Caderno de Pesquisa, n. 83, p.5-14, nov.1992.

GIL, Antônio Carlos, **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. - São Paulo: Atlas, 2002

GOMES, Ana Valeska Amaral. **Alfabetização na Idade Certa: garantir a aprendizagem no início do ensino fundamental**. Câmara dos Deputados: Consultoria Legislativa. Brasília, DF, 2013.

MORTATTI, M. do R. L. **Alfabetização no Brasil: conjecturas sobre as relações entre políticas públicas e seus sujeitos privados**. Rev. Bras. de Educação, v. 15, n. 44, p. 329-410, 2010.

SAVIANI, Demerval. **História das idéias pedagógicas no Brasil**. 4 ed. Campinas: Autores Associados, 2013. 472p

SHIROMA, E. O.; MORAES, M. C. M.; EVANGELISTA, O. **Política Educacional**. 4 ed. Rio de Janeiro: Lmparina, 2007, 126p.

TEIXEIRA, Anísio Spinola. **Educação no Brasil**. São Paulo: Editora Nacional, 1976.